

A política de crédito fundiário no Brasil: evidências em redes sociais¹

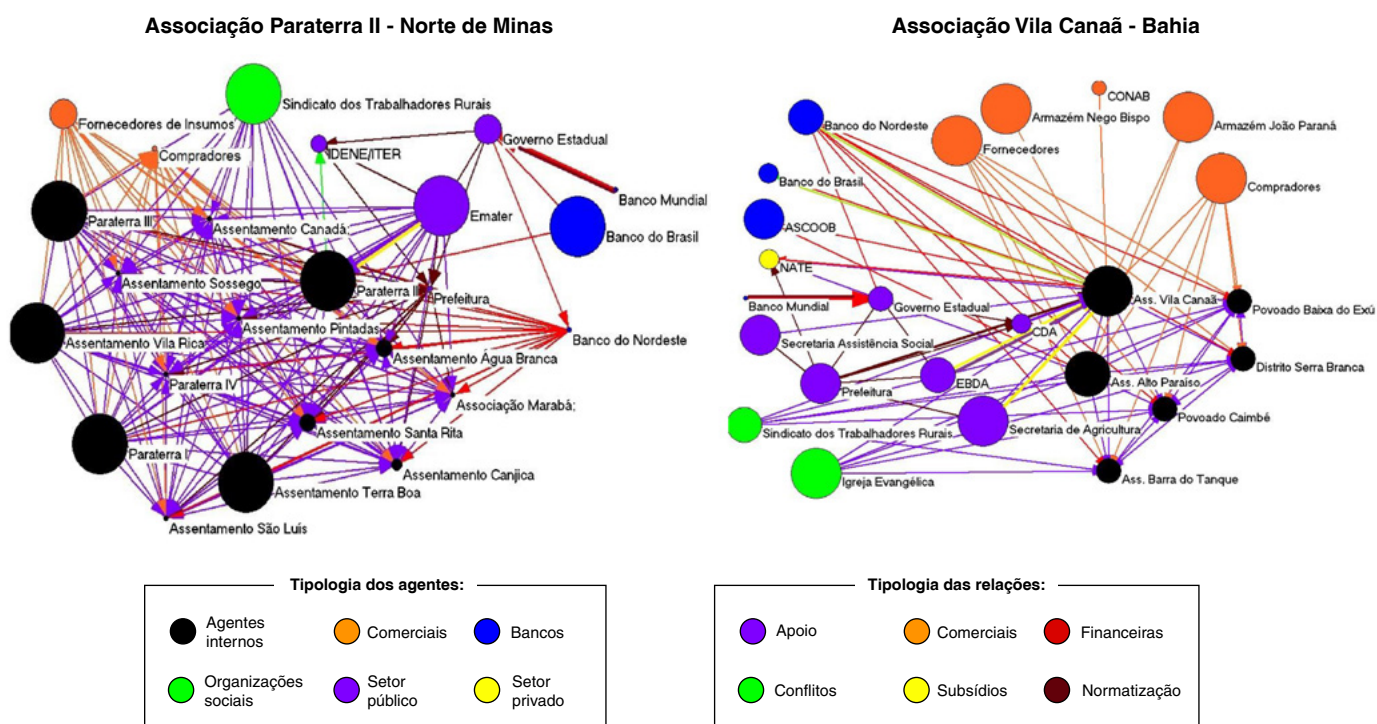
Patricia Andrade de Oliveira e Silva, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e Marcelo Marques de Magalhães, Universidade Estadual Paulista (UNESP)

A agricultura familiar brasileira, especialmente na região Nordeste, concentra os maiores índices de pobreza do país. Dentre as estratégias de desenvolvimento rural, destaca-se o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF),² que disponibiliza fundos para agricultores com pouca ou nenhuma terra tanto para adquirir uma propriedade, como para realizar as melhorias necessárias. Entretanto, para acesso ao recurso é obrigatório que os produtores estejam organizados em associações, buscando diminuir a inadimplência e incluindo, indiretamente, o caráter associativo ao programa e a geração de capital social, por meio dos ativos oriundos das relações sociais. Dessa forma, é importante destacar que, apesar de não ser o objetivo principal da política, a geração de capital social pode contribuir positivamente para o desenvolvimento rural.

Avaliar o desempenho de programas com características qualitativas é um desafio para os elaboradores de políticas. Uma vez que os vínculos sociais podem ser desvendados ao serem observadas as redes sociais, essa metodologia foi a escolhida para a análise de casos selecionados dos programas de crédito fundiário no sertão baiano e no norte de Minas Gerais utilizando o *NetMap*,³ metodologia construída por uma rede egocêntrica (a qual pressupõe entrevistas qualitativas semiestruturadas) a fim de desvendar todos os agentes envolvidos nos projetos, desde as associações, bancos, igrejas, organizações comunitárias, todo o escopo governamental e etc. Após a construção do mapa, foi possível diferenciar as relações por tipos e pesos diferentes, encontrando agentes que proporcionam maior coesão, divergência, relações comerciais, que se destacam em comparação aos demais.

FIGURA 1

Mapeamento das redes sociais das associações Paraterra II e Vila Canaã, Brasil (2015)



Fonte: Silva (2015).



De acordo com a Figura 1, o mapeamento demonstra forte relação entre os projetos vizinhos (círculos pretos), além da presença de igrejas, sindicatos rurais e uma rede de apoio comum. No caso baiano, destacam-se a presença dos entes públicos (círculos roxos) e dos agentes e relações comerciais (em laranja), proporcionando melhores condições de infraestrutura e maior atuação das três esferas de governo, garantindo o suporte no desenvolvimento dos projetos.

Esse cenário não se repetiu em Minas Gerais, visto que a rede demonstra baixa participação do poder público, de agentes comerciais, além de conectividade restrita às associações vizinhas, comprometendo a inserção nos mercados, além de limitar os ganhos monetários e a capacidade de pagamento do endividamento. Percebe-se que a contribuição do capital social será efetiva somente se for capaz de criar, além dos vínculos de solidariedade entre as associações, um relacionamento positivo com a esfera pública e a geração de um canal de escoamento para a produção – caso contrário, a rede ficará “fechada” e não se desenvolverá plenamente, apesar das associações. Portanto, visto que o programa continua em vigor desde 2003, é importante rever o posicionamento dos agentes locais, especialmente os públicos, no apoio e na gestão dos projetos.

Referência:

Silva, Patricia Andrade de Oliveira e. *Capital Social e políticas de combate à pobreza rural no Brasil: uma abordagem em redes*. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 2015.

Notas:

1. Com base na tese de doutoramento da autora, intitulada “Capital Social e Políticas de Combate à Pobreza Rural no Brasil: Uma Abordagem em Redes”, vencedora do Prêmio de Melhor Tese de Doutorado em Sociologia Rural pela Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober) em 2016. A autora gostaria de expressar seus agradecimentos ao coordenador da tese, Prof. José Maria Jardim da Silveira.
2. Para mais informações sobre o programa, acesse: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sra-crefun/sobre-o-programa>>.
3. Quanto à metodologia, acesse: <<https://netmap.wordpress.com/about/>>.